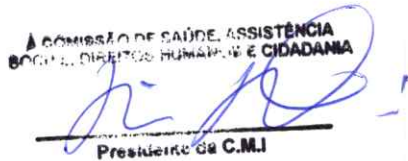
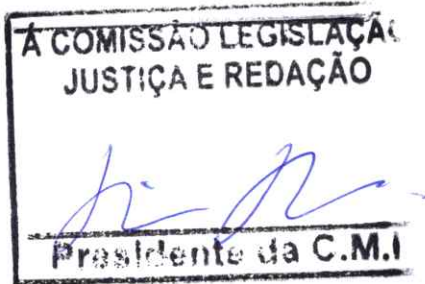




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

Projeto de Lei Ordinária nº 03/2024.



Instituí o Protocolo Não é Não, destinado a garantir a proteção e o atendimento às mulheres vítimas de violência e assédio sexual em bares, restaurantes, discotecas, estabelecimentos noturnos, estádios de futebol, cinemas e empresas promotoras de eventos festivos e esportivos, tais como bailes, espetáculos, shows, ou qualquer outro estabelecimento com grande circulação de pessoas, e institui o Selo Mulheres Seguras, destinado à promoção do combate à violência e ao assédio sexual, nos termos em que especifica..

Faço saber que a Câmara Municipal de Itaituba, Estado do Pará, aprova e o Prefeito Municipal Valmir Clímaco de Aguiar sanciona e publica a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Protocolo Não é Não, destinado a garantir a proteção e o atendimento às mulheres vítimas de violência e assédio sexual em bares, restaurantes, discotecas, estabelecimentos noturnos, estádios de futebol, cinemas e empresas promotoras de eventos festivos e esportivos, tais como bailes, espetáculos, shows, ou qualquer outro estabelecimento com grande circulação de pessoas.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, violência sexual e assédio, assim como as diretrizes de atendimento das vítimas, são as condutas previstas pela legislação

AV. Getúlio Vargas N.º 419 - Fone: (93) 99148-7609 - CEP: 68.180-000 - Itaituba - Pará

Câmara Municipal de Itaituba
CIENTE 06/03/24

Email: camaradeitaituba@outlook.com
www.itaituba.pa.leg.br

Servidor(a) aj

aj 10:27h

Este documento foi assinado eletronicamente. Para confirmar a autenticidade e verificar as assinaturas, acesse:
Para confirmar a autenticidade acesse <https://www.itaituba.pa.leg.br/validador-assinatura> e digite o identificador: 70FAW-H4ZPU-WZGEZ-XNBKN-V8T63





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

federal.

Art. 2º O Protocolo Não é Não é constituído por práticas de segurança para as mulheres, especialmente na prevenção aos crimes contra a dignidade sexual e crime de perseguição, previstos em lei, e tem como prioridade o melhor atendimento à vítima, com a finalidade de preservar sua dignidade, saúde e integridade física e psicológica, garantindo à mulher vítima de violência ou assédio sexual as seguintes condutas:

I - o respeito às suas decisões;

II - o pronto-atendimento por funcionárias e funcionários do estabelecimento para o relato da agressão, resguardo de provas ou qualquer evidência que possa servir a responsabilização do agressor;

III - o acompanhamento por pessoa de sua escolha;

IV - a imediata proteção diante do agressor;

V - o auxílio para o acionamento dos órgãos de segurança pública competentes;

VI - o atendimento sem preconceito; e

VII - o encaminhamento para atendimento por estabelecimento de saúde ou segurança pública, quando for o caso, de acordo com as diretrizes previstas pelo Decreto Federal nº 7.958, de 13 de março de 2013.

Art. 3º Os estabelecimentos referidos no caput do art. 1º desta Lei que adotarem o





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

Protocolo Não é Não observarão os seguintes procedimentos:

I - manter funcionários e funcionárias capacitados e treinados para agir em caso de denúncia de violência ou assédio sexual;

II - disponibilizar recursos para que a denunciante possa se dirigir aos órgãos de segurança pública, serviços de assistência social, atendimento médico ou o regresso seguro ao lar;

III - manter serviço de filmagem interna e externa do estabelecimento ou evento, quando possível, preservando as filmagens que tenham flagrado a violência para disponibilizar aos órgãos de segurança pública competentes;

IV - criar um código próprio para que as mulheres e outras pessoas possam alertar as funcionárias e os funcionários sobre a situação de violência para que possam tomar as providências necessárias sem conhecimento do agressor;

V - manter em locais visíveis, nas áreas principais e nos sanitários, informações sobre o Selo instituído por esta Lei, com telefones e outras informações para acesso imediato pelas vítimas;

VI - dispor de um ambiente ou espaço, quando possível, onde a denunciante possa ficar protegida e afastada do agressor, inclusive visualmente;

VII - conduzir a denunciante a local tranquilo e procurar amigos presentes no local para que possam acompanhá-la;

VIII - preservar qualquer prova que possa contribuir para a identificação e





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

responsabilização do agressor; e

IX - proceder, após transcorrida a denúncia, com as seguintes condutas:

- a) ouvir, confortar e respeitar a decisão da denunciante;
- b) afastar a vítima do agressor;
- c) encaminhar os amigos acompanhantes da denunciante para o local protegido onde a denunciante estiver;
- d) garantir e viabilizar os direitos da denunciante, de acordo com a sua vontade;
- e) preservar as eventuais e potenciais provas ou evidências da violência cometida;
- f) identificar o agressor;
- g) colaborar com as investigações, informando sobre fatos acontecidos;
- h) identificar possíveis testemunhas da agressão; e
- i) adotar outras medidas que julgar cabíveis para preservar a dignidade da denunciante.

Parágrafo único. Os procedimentos definidos neste artigo deverão ser estendidos aos profissionais e prestadores de serviços dos respectivos estabelecimentos no exercício de suas atividades laborais.

Art. 4º Fica instituído o Selo Mulheres Seguras, destinado à promoção do combate à violência e ao assédio sexual.

Parágrafo único. O Selo instituído por esta Lei será concedido pelo Poder Público Municipal aos estabelecimentos referidos no art. 1º desta Lei que adotarem o Protocolo Não é Não.

Art. 5º A concessão do Selo Mulheres Seguras dar-se-á por meio da adesão de





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

empresas da iniciativa privada instaladas regularmente no Município de Itaituba, incluindo as empresas que participam da rede conveniada, concessionária ou contratada do Poder Público Municipal, que adotarem o Protocolo Não é Não.

Art. 6º O Selo Mulheres Seguras poderá ser empregado pelas empresas agraciadas em campanhas publicitárias, materiais promocionais ou de divulgação, tais como sacolas e embalagens.

Art. 7º A concessão do Selo Mulheres Seguras estará vinculada a campanhas educativas de respeito à mulher em locais públicos e de grande circulação promovidas pelo Poder Público e integrará a Campanha Permanente de Conscientização e Enfrentamento do Assédio e da Violência Sexual contra Mulheres no Município de Itaituba.

Art. 8º As disposições desta Lei aplicam-se, de igual forma, a todas aquelas pessoas que se identificarem como mulher.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário da Câmara Municipal de Itaituba “CARLOS ROBERTO CABRAL FURTADO” em 06 de fevereiro de 2024.

Maria de Almeida Silva - MDB





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº _____ 2024

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores,

Ainda antes da chegada do Ano Novo começou a valer no país uma medida de proteção às mulheres em ambientes de diversão onde sejam vendidas bebidas alcoólicas que pode ser um trunfo para o público feminino nos eventos em locais fechados do próximo Carnaval. A lei que estabelece o protocolo Não é Não foi criada para prevenir constrangimento e violência contra a mulher, prevê atendimento às vítimas e é destinada a casas noturnas, boates e locais de espetáculos musicais em espaços fechados ou shows, além de eventos esportivos.

A aplicação de um protocolo de segurança, tanto para coibir a ocorrência quanto para tratar a vítima e o agressor após o fato é fundamental. A criação do Selo Mulheres Seguras poderá incentivar os estabelecimentos a darem mais valor a suas clientes, reduzindo o risco de ocorrências criminais em seus ambientes de festa, e também prestando a elas a devida atenção até que haja o encaminhamento do caso para as autoridades policiais.

Certo de contar com o voto favorável dos nobres vereadores, aproveitamos para externar voto de estima e apreço.

Plenário da Câmara Municipal de Itaituba, Dr. Carlos Roberto Cabral Furtado,
em 06 de fevereiro de 2024.

Maria de Almeida Silva - MDB





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

MANIFESTO DO DOCUMENTO

Projeto de Lei Ordinária

Protocolo Nº: 29

Documento Nº: 139/2024

Protocolo Data: 06/02/2024

Processo Nº: 5/2024



Gerado por Maria de Almeida Silva na repartição Gabinete Maria de Almeida Silva dia 06/02/2024 às 10:11

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO

70FAW-H4ZPU-WZGEZ-XNBKN-V8T63

Para confirmar a autenticidade acesse www://itaituba.pa.leg.br/validador-assinatura

Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei Federal 14.063/2020.



Nome Maria de Almeida Silva
Data e hora 06/02/2024 10:18
IP 179.124.16.45
Tipo Eletrônica